**ESTÁGIO DOCENTE: ELO ENTRE A TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR?**

Ana Patrícia Araújo de Barros agraciada29@gmail.com, Ednayran Pereira dos Santos Lira ednayran-@hotmail.com, Lauriluci Farias Lopes de Albuquerque lfalbuquerque@globo.com, Marcelle de Barros e Silva Torres marcelle.torres@upe.br, Márcia Andréa Albuquerque Santos de Mendonça marcia.asm11@yahoo.com, Nacione Santana Diniz Gomes nacionediniz@yahoo.com.br & Suzana Kelly Vital de Barros kellypedagoga5@gmail.com[[1]](#footnote-1)

Profª. Drª. Jedida Melo professorajedida@gmail.com [[2]](#footnote-2)

**Introdução**

As primeiras escolas de ensino superior surgiram no período colonial com a chegada, em 1808, da família real ao Brasil e tinham a finalidade de atender às necessidades específicas da corte, onde os primeiros cursos instituídos foram os de Medicina, Engenharia e Direito. Contudo, apenas em 1942, com a Lei Orgânica do Ensino Industrial, instituída pelo Decreto Lei nº 4.073/1942, os estágios supervisionados foram criados com a finalidade de complementar a formação teórica dos discentes do ensino industrial, atual ensino médio.

A expansão dos cursos superiores ocorreu nos anos 60 e início da década de 70. Entretanto em 1968, o princípio norteador da indissociabilidade entre ensino e pesquisa proposto pela reforma universitária, favoreceu a implementação de cursos de pós-graduação que assumiram a finalidade de transformar os professores universitários em pesquisadores, mas a ideia de associar a prática pedagógica de estágio docente aos pós-graduandos somente surgiu no final da década de 90.

Em 1977, o Brasil regulamentou pela Lei nº 6.497 os estágios da educação superior e profissionalizante. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9394 ampliou a abrangência dos estágios supervisionados, porém não se deteve ao estágio na pós-graduação stricto sensu por partir do pressuposto que os profissionais pós-graduados estariam estão aptos a lecionar no Ensino Superior mesmo não tendo formação pedagógica. E, somente em 1999 a coordenação de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior (Capes) tornou obrigatório o estágio docente para seus cursos de mestrado e doutorado.

Este artigo pretende através de uma análise do estudo de Nathália de Fátima Joaquim, Ana Alice Vilas Boas e Alexandre de Pádua Carrieri (2013), discorrer se o estágio docente na formação do professor é um elo entre a teoria e a prática profissional e se essa estratégia de ensino quando adotada contribui para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes que resultem no aprendizado critico- reflexivo aos professores pós-graduandos.

**Desenvolvimento**

A docência universitária não é tratada como o processo natural de formação para o exercício do magistério pela LDB/96 e, para minimizar as dificuldades encontradas em sala de aula por professores universitários pesquisadores a Capes instituiu a partir de 1999 a obrigatoriedade do estágio docente nos seus cursos de mestrado e doutorado, por meio das disciplinas de Metodologia do Ensino Superior e Didática do Ensino Superior.

Por sua vez, o modelo de estágio brasileiro desenvolvido em algumas Instituições de Ensino Superior é pragmático e se detém sobre a prática pela prática em detrimento da teoria e do saber reflexivo. Assim, os discentes aprendem o que deve ensinar, como ensinar e para quem ensinar sem se preocupar com os porquês e para quês.

Em contraponto a esse modelo fordista, Joaquim, Vilas Boas e Carrieri cita Chamlian (2003,p.59), para ressaltar a importância do estágio na mudança de atitude dos pós-graduandos para as atividades da docência, “[...] mais do que uma formação pedagógica, em sentido estrito, a necessidade está no despertar da valorização da tarefa do ensino” (CHAMLIAN, APUD JOAQUIM, VILAS BOAS e CARRIERI, 2013).

Esse modelo também foi defendido por Freire quando descreveu que o ato de estagiar é aliar conhecimentos acadêmicos com a experiência do ambiente de trabalho e que quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender. “Não há docência sem discência, as duas se explicam, e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro”, (Freire, 2002).

Estes preceitos foram corroborados por Joaquim, Vilas Boas e Carrieri, (2013) que defendem que a prática do estágio docente não deve ser um dispositivo de substituição do professor orientador para não comprometer a formação dos pós-graduandos.

Este estudo analisou os dados coletados através da entrevista não estruturada com 35 discentes de pós-graduação da UFMG da pesquisa qualitativa intitulada “Estágio Docente: Formação Profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário?”, que resultou na discrição de três categorias com as respectivas variáveis.

Os resultados do artigo analisado apontaram o Estágio Docente como elo entre a teoria e a prática, por oportunizar na formação dos pós-graduandos a vivência prática da relação professor-aluno e a segurança necessária perante os alunos dentro da sala de aula, contribuindo para a redução do hiato entre o bom teórico e um bom professor.

O processo de análise discursiva e reflexiva do artigo, associado à vivência das práticas profissionais, permitiu que as autoras identificasse que professores universitários mais voltados para a pesquisa, tendem a acumular conhecimento e título, mas apresentam dificuldades em repassar o seu saber não se destacando na docência, e este achado reforça a necessidade do estágio dentro da sala de aula como estratégia de empoderamento no exercício da docência.

As autoras concordam com a defesa dos dados da pesquisa Joaquim, Vilas Boas e Carrieri, (2013) de que processo de treinamento reflexivo sobre a formação docente decorrente da oportunidade de aprender estratégias (posturas) em sala de aula e o aprendizado técnicas e métodos de ensino possibilita o desenvolvimento de capacidades e qualificação para a docência, contrapondo-se a alta carga teórica exigida nos programas de pós-graduação.

Na opinião das autoras o Estágio Docente, oportuniza o aprendizado critico reflexivo na aquisição das competências, habilidades e atitudes pela aproximação à prática profissional, favorecendo ao pós-graduando a vivência em sala de aula dos conteúdos teóricos traduzidos pelo saber prático que constituirá o saber técnico de sua formação profissional.

**Conclusão**

Por meio da análise sistemática, as autoras desta revisão coadunam com o entendimento de que o Estágio Docente na formação do professor constitui-se numa ferramenta de grande importância para o desenvolvimento da carreira e qualificação do profissional, uma vez que possibilita ao pós-graduado um primeiro contato com a prática da sala de aula e favorece a análise crítica-reflexiva das posturas didáticas e pedagógicas vivenciadas no cotidiano profissional.

Entende-se por fim, que a reflexão crítica contribui na mudança de atitude e o Estágio Docente concede a oportunidade aos discentes dos cursos de pós-graduação de vivenciar o principio da indissolubilidade entre o ensino e a pesquisa, possibilitando aproximação do pesquisador à prática profissional da docência.

Os professores precisam se qualificar com os títulos adquiridos nos cursos de pós-graduação, mas devem absorver que o exercício da docência remete ao entendimento que o aprendizado é constante e contínuo e acontece no cotidiano da sala de aula e no relacionamento junto ao discente.

Por fim, as autoras opinam que mais do que ganhar experiência, o estágio desenvolvido pelos pós-graduandos é a forma de se construir, dentro do ambiente onde predomina a pesquisa, uma postura docente a partir de habilidades técnicas, competências e mudança de atitudes, constituindo-se num elo entre a prática e a teoria na formação profissional do professor.

**Referência Bibliográfica**

### JOAQUIM, N. F., BOAS, A.A.V; CARRIERI, A.P. , Estágio docente: Formação Profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário?. Educ. Pesqui. vol.39 no.2 São Paulo April/June 2013.

BRASIL, Lei Orgânica do Ensino Industrial, de 30 de janeiro de 1942. DOU. Brasília, 1942.

\_\_\_\_\_\_\_\_ Lei Federal nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977. DOU. Brasília, 1977.

\_\_\_\_\_\_\_\_ Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. DOU. Brasília, 1996.

1. Mestrandas em Ciências da Educação com Ênfase em Saúde – FICS [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Educação - FICS [↑](#footnote-ref-2)